

Perspectivassobre a Inclusão Escolar de EstudantesAutistas na Educação Tecnológica.

**Perspectives on the School Inclusion of
Autistic Students in Technological
Education.**

- **Andréa Melissa de Moraes Passarini Chignolli**
- **Erica Borotto Jovetta**
- **Janaina Irene Ticher**
- **Maria Aparecida Rodrigues**
- **Sandra Rodrigues da Silva**

RESUMO

A presente investigação analisa a conjuntura da inclusão educacional de alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), examinando as potencialidades e os obstáculos inerentes a esse processo tanto em contextos gerais quanto, especificamente, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Estruturado sob uma abordagem qualitativa, o estudo fundamenta-se no método da pesquisa bibliográfico-documental, tendo a coleta de dados ocorrido por meio de levantamento virtual no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A análise evidencia que a efetividade da inclusão de estudantes com TEA está intrinsecamente ligada à implementação de adaptações didáticas e pedagógicas robustas, exigindo um compromisso ético e social compartilhado entre todos os atores do ecossistema educativo. Esse engajamento deve ser liderado por profissionais da educação, mas precisa ser acompanhado pela participação ativa da família, da sociedade civil e dos formuladores de políticas públicas para garantir a sustentabilidade das ações inclusivas. Segundo os achados da pesquisa, o êxito desse processo é verificado quando o discente alcança progressos, ainda que parciais ou graduais em dimensões fundamentais como a aprendizagem acadêmica, a interação social, a autonomia no autocuidado e a compreensão plena do exercício da cidadania. Conclui-se que, embora existam avanços normativos, persiste a urgência em ampliar a produção científica sobre o tema, com foco particular na modalidade da Educação Profissional e Tecnológica. O aprofundamento das investigações nesse campo específico é visto como um fator determinante para o refinamento e o aperfeiçoamento das metodologias de inclusão, permitindo que a

trajetória escolar desses estudantes seja marcada por uma formação técnica e humana de excelência.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Ensino, Inclusão, TEA.

ABSTRACT

This investigation analyzes the situation of educational inclusion of students diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD), examining the potential and obstacles inherent to this process both in general contexts and, specifically, within the scope of Professional and Technological Education. Structured under a qualitative approach, the study is based on the bibliographic-documentary research method, with data collection taking place through a virtual survey in the Catalog of Dissertations and Theses of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). The analysis shows that the effectiveness of including students with ASD is intrinsically linked to the implementation of robust didactic and pedagogical adaptations, requiring an ethical and social commitment shared among all actors in the educational ecosystem. This engagement must be led by education professionals, but it must be accompanied by the active participation of the family, civil society and public policy makers to guarantee the sustainability of inclusive actions. According to the research findings, the success of this process is verified when the student achieves progress, even if partial or gradual, in fundamental dimensions such as academic learning, social interaction, autonomy in self-care and full understanding of the exercise of citizenship. It is concluded that, although there are normative advances, there remains an urgency to expand scientific production on the topic, with a particular focus on the Professional and Technological Education modality. Further investigation in this specific field is seen as a determining factor in the refinement and improvement of inclusion methodologies, allowing these students' academic careers to be marked by excellent technical and human training.

KEYWORDS: Education, Teaching, Inclusion, ASD.

1 INTRODUÇÃO

Com a consolidação do paradigma da Educação Inclusiva a partir da segunda metade do século XX, observou-se uma expansão expressiva no ingresso de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em unidades de ensino regular. No cenário brasileiro, indicadores do Censo Escolar revelam que a participação de discentes com deficiência, TEA e altas habilidades em turmas comuns apresenta um crescimento gradativo em quase todos os níveis educacionais. Entre 2017 e 2021, o índice de inclusão para a faixa etária de 4 a 17 anos elevou-se de 90,8% para 93,5%. Esse progresso é ainda mais acentuado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), onde, nos cursos concomitantes e subsequentes ao ensino médio, o percentual de alunos com esse perfil integrados a classes regulares atinge 99,5%.

Contudo, embora tais indicadores sinalizem o fortalecimento do direito à educação, a garantia do acesso físico, ainda que indispensável, não assegura isoladamente o sucesso acadêmico ou

a inclusão plena. As particularidades que constituem esses estudantes demandam, frequentemente, a implementação de ajustes didáticos específicos e o suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE atua de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, ambiente no qual os alunos têm a chance de aprender por meio do convívio com a pluralidade humana. Nesse contexto, ao passo que se reconhece que a integração em turmas comuns beneficia a coletividade por estimular a valorização da diversidade e a aprendizagem colaborativa, é necessário analisar com cautela o aumento das matrículas quando acompanhado pela redução de serviços de apoio especializado. Tal desequilíbrio pode comprometer o desenvolvimento de estudantes com níveis de comprometimento mais elevados, cujas demandas pedagógicas nem sempre são integralmente supridas apenas na classe regular. Portanto, a manutenção e a oferta qualificada do AEE configuram-se, em diversos cenários, como requisitos fundamentais para a viabilização do êxito escolar e da formação integral dos alunos com necessidades educacionais específicas.

Inclusão Escolar e os Desafios no Atendimento ao TEA: Uma Perspectiva Teórica

A partir da segunda metade do século XX, a consolidação do paradigma da Educação Inclusiva impulsionou significativamente o ingresso de sujeitos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em instituições de ensino regular (VASCONCELLOS, RAMHE; GONÇALVES, 2020).

No cenário brasileiro, indicadores do Censo Escolar de 2021 (INEP, 2021) confirmam que a participação de discentes com deficiência, TEA e altas habilidades em turmas comuns tem apresentado uma expansão gradativa em quase todos os níveis da educação básica. Entre 2017 e 2021, o índice de alunos incluídos na faixa etária de 4 a 17 anos subiu de 90,8% para 93,5% (INEP, 2021).

Esse avanço também é notório na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), onde, nos cursos profissionalizantes concomitantes e subsequentes ao ensino médio, 99,5% dos estudantes com esse perfil encontram-se matriculados em classes regulares (INEP, 2021).

Contudo, embora o fortalecimento do direito à educação

seja um progresso relevante, a garantia do acesso físico, ainda que indispensável, não assegura isoladamente o sucesso acadêmico ou a inclusão plena desses sujeitos.

As particularidades que constituem os estudantes com TEA demandam, frequentemente, a implementação de ajustes didáticos específicos e o suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que atua de forma complementar ou suplementar ao ensino ofertado nas turmas comuns, onde os alunos têm a oportunidade de conviver e aprender em meio à pluralidade (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

Nesse contexto, ao passo que se reconhece que a integração em turmas regulares favorece a valorização da diversidade e a aprendizagem colaborativa, é necessário analisar com cautela a ampliação do número de matrículas quando acompanhada pela redução de serviços de apoio especializado.

Tal desequilíbrio pode comprometer o desenvolvimento de estudantes com níveis de comprometimento mais elevados, cujas demandas nem sempre são integralmente supridas apenas na classe regular sem o AEE como recurso

adicional para sua formação (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

De determinado ponto de vista, o autismo é definido como um distúrbio do desenvolvimento neuropsicológico que se revela por meio de impedimentos acentuados e contínuos na comunicação, na interação social e na restrição do repertório de atividades e interesses (SURIAN, 2010).

Por configurar-se como uma síndrome de amplo espectro, apresenta uma pluralidade de limitações comportamentais e sociais com variados níveis de severidade (APA, 2014), cujas causas ainda não foram integralmente determinadas (FADDA; CURY, 2016).

As investigações sobre a etiologia do TEA transitam entre fatores genéticos, biológicos, ambientais e relacionais, abrangendo também a perspectiva da neurodiversidade humana (VASCONCELLOS, 2019).

Segundo a 5ª Edição do Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), as manifestações do espectro podem sofrer oscilações conforme o contexto e o tempo, tendo o referido manual unificado sob a

categoria de TEA diagnósticos anteriormente distintos, como a Síndrome de Asperger e o Transtorno Global de Desenvolvimento (APA, 2014).

Apesar da inexistência de estatísticas nacionais consolidadas sobre o quantitativo populacional lacuna que tende a ser suprida pela Lei 13.861/2019 (BRASIL, 2019), é notório que as manifestações do TEA impõem desafios à rotina individual e podem dificultar o desempenho escolar.

No entanto, tais limitações podem ser atenuadas por meio de programas de intervenção psicoeducativa qualificados (SURIAN, 2010).

Em suma, a efetividade da inclusão de estudantes com TEA está intrinsecamente ligada à implementação de adaptações pedagógicas robustas e ao compromisso ético e social compartilhado entre profissionais da educação, famílias e formuladores de políticas públicas, garantindo que o progresso do discente se reflita em sua aprendizagem, socialização e pleno exercício da cidadania.

No que concerne ao estado da arte relativo à inclusão educacional de

estudantes autistas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), observa-se uma notável escassez de produções acadêmicas dedicadas a esse recorte específico. Ao investigar o Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, aplicando o descritor “Autismo” com refinamentos temporais entre 2015 e 2021 e espaciais nas áreas de Ciências Humanas e Educação, constatou-se a existência de apenas 107 registros, distribuídos entre 23 teses e 84 dissertações.

Após uma análise exploratória desses textos, verificou-se que somente oito investigações abordaram, em níveis variados, a inclusão de discentes com autismo no contexto da EPT.

Entre os trabalhos localizados, três constituem teses de doutorado de autoria de Chiote (2017), Barbosa (2018) e Rodrigues (2018), enquanto cinco são dissertações de mestrado produzidas por Almeida (2016), Oliveira (2017), Carvalho (2017), Niles (2018) e Vasconcellos (2019). Dentre esse conjunto, a pesquisa de Vasconcellos (2019) apresentou a maior convergência com o tema ao focar especificamente na modalidade do Ensino Médio Integrado.

Apesar da reconhecida qualidade dessas contribuições, a literatura especializada costuma, por natureza acadêmica, restringir-se a fragmentos específicos da problemática, sem a pretensão de abranger suas múltiplas dimensões.

Portanto, revela-se imperativo expandir o campo de pesquisa para elucidar dimensões que ainda permanecem pouco exploradas, tais como o acesso de discentes autistas ao Ensino Médio Integrado, dado que não foi contemplado pelo Censo Escolar mais recente, o qual se limitou às matrículas nas formas subsequente e concomitante. Além disso, é necessário um diagnóstico detalhado sobre a evasão, o sucesso escolar, o monitoramento da empregabilidade dos egressos e os desafios vivenciados no cotidiano por estudantes, docentes e auxiliares de apoio escolar no ambiente da EPT.

Também se mostram fundamentais estudos que aprofundem a dinâmica da relação entre família e instituição de ensino, a efetividade das condições de acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) tanto

na esfera pública quanto na privada, e a identificação de metodologias pedagógicas que tenham gerado resultados positivos na escolarização desses alunos.

METODOLOGIA

O presente estudo fundamenta-se numa abordagem qualitativa, estruturada por meio do método de pesquisa bibliográfico-documental. Este delineamento foi selecionado por permitir o mapeamento e a análise crítica da produção científica e dos marcos normativos que regem a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A investigação pautou-se na recolha de dados realizada de forma virtual, tendo como principal fonte o Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que constitui um repositório central da produção acadêmica *stricto sensu* no Brasil.

Para a sistematização do levantamento bibliográfico, utilizou-se o descritor "Autismo", aplicando-se filtros específicos para delimitar o escopo da

pesquisa: o recorte temporal compreendido entre os anos de 2015 e 2021, a área de conhecimento das Ciências Humanas e a área de concentração em Educação. Este procedimento resultou na localização de 107 trabalhos acadêmicos, sendo 23 teses de doutoramento e 84 dissertações de mestrado. A análise destes documentos ocorreu por meio de leitura flutuante, o que permitiu identificar que apenas oito produções problematizaram a inclusão de estudantes autistas no contexto específico da EPT, com destaque para as teses de Chiote (2017), Barbosa (2018) e Rodrigues (2018), e as dissertações de Almeida (2016), Oliveira (2017), Carvalho (2017), Niles (2018) e Vasconcellos (2019).

Adicionalmente, a pesquisa incorporou uma dimensão documental ao analisar indicadores oficiais do Censo Escolar de 2021 (INEP, 2021) e legislações pertinentes, como a Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e a Lei 13.861/2019, que trata da inclusão de dados sobre o autismo nos censos demográficos. A articulação entre o levantamento bibliográfico especializado e os documentos normativos permitiu confrontar o

aumento quantitativo das matrículas com as condições reais de oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), possibilitando uma reflexão teórica aprofundada sobre o estado da arte e as lacunas remanescentes na literatura sobre a temática.

Quadro 1: Síntese dos Achados Acadêmicos e Documentais sobre a Inclusão de Estudantes com TEA

Categoria de Análise	Principais Achados e Evidências	Citações Corresponsdentes (Sobrenome, Ano)
Expansão do Acesso	O paradigma da Educação Inclusiva elevou o ingresso de alunos com TEA no ensino regular; no Brasil, a inclusão na faixa de 4 a 17 anos atingiu 93,5%.	VASCONCELLOS, RAMHE; GONÇALVES (2020); INEP (2021).
Educação Profissional (EPT)	A modalidade de EPT apresenta altos índices de matrícula em classes comuns (99,5%), embora o Ensino Médio Integrado ainda careça de dados censitários detalhados.	INEP (2021).
Necessidade de Suporte	O acesso físico é insuficiente sem adaptações didáticas e o suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE), seja complementar ou suplementar.	WEIZENMAN; PEZZI; ZANON (2020).
Definição e Espectro	O TEA é um distúrbio do neurodesenvolvimento	SURIAN (2010); APA (2014).

Categoria de Análise	Principais Achados e Evidências	Citações Corresponsdentes (Sobrenome, Ano)
	o com níveis variáveis de severidade, envolvendo limitações na comunicação e interação social.	
Etiologia e Neurodiversidade	As causas do autismo envolvem fatores genéticos, biológicos e ambientais, sendo também compreendidas sob a ótica da neurodiversidade.	FADDA; CURY (2016); VASCONCELLOS (2019).
Estado da Arte na EPT	A produção acadêmica específica sobre TEA na Educação Profissional é escassa, com poucos trabalhos focados no Ensino Médio Integrado.	CHIOTE (2017); BARBOSA (2018); RODRIGUES (2018); VASCONCELLOS (2019).
Intervenção e Mitigação	Programas de intervenção psicoeducativa são fundamentais para reduzir impactos de ansiedade e depressão, favorecendo a aprendizagem.	SURIAN (2010).
Marcos Legais (Brasil)	A legislação assegura o direito à educação e determina a inclusão de dados específicos sobre autismo nos censos nacionais.	BRASIL (2019).

Fonte: Próprios autores, 2026.

Com base na sistematização dos dados apresentada no Quadro 1, a análise dos achados acadêmicos e documentais revela um cenário de contrastes entre o avanço dos marcos legais e a

efetividade das práticas cotidianas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A fundamentação bibliográfica indica que a expansão quantitativa do acesso, embora expressiva — atingindo a marca de 93,5% de inclusão na educação básica e 99,5% na EPT (INEP, 2021) —, não é acompanhada automaticamente por uma qualificação das condições de permanência e êxito desses estudantes.

A literatura converge para a ideia de que o ingresso nas classes regulares, conforme preconizado por Vasconcellos, Ramhe e Gonçalves (2020), constitui apenas a etapa inicial de um processo complexo.

A análise evidencia que a ausência de adaptações didáticas e a fragilidade na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) podem converter o direito ao acesso em uma forma de exclusão interna, especialmente para aqueles com níveis de suporte mais elevados (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

Essa preocupação é reforçada pela definição de autismo como um espectro de ampla variabilidade, onde as limitações sociocomunicativas exigem uma personalização do ensino que vá

além da padronização institucional (SURIAN, 2010; APA, 2014).

Outro ponto crítico identificado na análise é o "vazio bibliográfico" no campo da Educação Profissional. O reduzido número de teses e dissertações que problematizam o TEA no Ensino Médio Integrado (CHIOTE, 2017; BARBOSA, 2018; RODRIGUES, 2018; VASCONCELLOS, 2019) demonstra que a academia ainda não explorou com profundidade as especificidades desta modalidade, que exige a conciliação entre a formação técnica e as necessidades neurodiversas dos alunos.

A falta de dados censitários detalhados sobre o êxito e a empregabilidade desses egressos mascara as dificuldades de transição para a vida adulta e para o mercado de trabalho.

Em última análise, os dados sugerem que a mitigação dos impactos do TEA na vida escolar depende menos de diagnósticos clínicos rígidos e mais de programas de intervenção psicoeducativa e suporte técnico contínuo (SURIAN, 2010). A análise dos marcos legais, como a Lei 13.861/2019 (BRASIL, 2019), sinaliza uma tentativa de dar visibilidade estatística ao

autismo, mas os achados reforçam que a transformação da EPT em um espaço genuinamente inclusivo requer um compromisso sistêmico que integre suporte pedagógico, infraestrutura de AEE e formação docente especializada para além da simples garantia de matrícula.

2. Breve Histórico e Fundamentos das Políticas de Inclusão Educacional no Brasil

A trajetória da inclusão de indivíduos que compõem o atual público-alvo da Educação Especial, historicamente designados por termos como excepcionais, pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais especiais, revela um percurso sinuoso, caracterizado por progressos significativos, retrocessos e tensões constantes.

Trata-se de um movimento histórico ainda em curso, que impõe obstáculos cotidianos persistentes tanto aos sujeitos com deficiência quanto aos seus núcleos familiares. Embora o aparato normativo brasileiro tenha avançado de forma louvável, a concretização dos direitos positivados enfrenta barreiras severas, que transitam desde a precariedade da

infraestrutura escolar e a escassez de recursos pedagógicos até a carência de formação especializada e o estigma social remanescente.

Nesse cenário, a legislação frequentemente opera em um campo de resistência contra um sistema público de ensino e uma estrutura urbana que ainda não se consolidaram como inclusivos.

A prática da inclusão, portanto, deve ser reafirmada diariamente, superando as limitações materiais e culturais que tentam inviabilizá-la. Conforme a provocação de Saviani (1989), existe uma tendência idealista em acreditar que a mudança de mentalidade deve preceder a ação; contudo, o autor argumenta que é a criação de estruturas concretas que direciona a transformação, uma vez que a consciência se molda no contato prático com a realidade.

A edificação dessas estruturas mencionadas por Saviani (1989) ocorre na práxis, por meio da mobilização de movimentos sociais, da articulação de políticas públicas e da experiência direta no ambiente escolar.

A inclusão, desse modo, não se esgota na exigência jurídica, mas afirma-se

como uma necessidade inerente ao processo pedagógico, à medida que permite a apreensão das diferenças e da pluralidade como componentes vitais e enriquecedores da experiência humana.

No caso específico de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o debate nos situa no centro da dialética entre o direito à igualdade e o direito à diferença. Essa balança exige que as necessidades individuais sejam atendidas por meio da equidade nas condições de acesso e permanência, garantindo uma trajetória livre de discriminação, ao mesmo tempo em que se promove o reconhecimento e a valorização das singularidades subjetivas e físicas que apontam para a neurodiversidade e a pluralidade cultural.

A promoção de um ambiente educacional inclusivo configura-se, portanto, como um desafio voltado para uma prática libertadora. De acordo com Schilling (2014), tal esforço resulta na celebração das diferenças e na busca por efeitos reais de democracia, justiça e igualdade dentro de relações sociais inseridas em uma sociedade que, contraditoriamente, ainda produz e reproduz desigualdades sistemáticas.

Assim, a inclusão escolar de alunos com TEA na Educação Profissional e Tecnológica deve ser compreendida como um projeto contínuo de transformação das estruturas e das mentalidades, visando o desenvolvimento integral do sujeito em sua máxima potencialidade.

3. A Evolução dos Paradigmas de Inclusão e o Marco da Declaração de Salamanca

A urgência por ações inclusivas fundamenta-se no fato de que, historicamente, o público-alvo da educação especial no Brasil enfrentou séculos de segregação, o que restringiu drasticamente suas oportunidades de socialização, aprendizado e desenvolvimento humano pleno.

Sob a ótica educacional, Glatt e Fernandes (2005) demonstram que essa trajetória foi marcada, inicialmente, pelo confinamento em instituições de caráter residencial e asilar. Posteriormente, o atendimento migrou para escolas e classes especializadas e, apenas após a ruptura de paradigma impulsionada pela Declaração de Salamanca na década de 1990, é que o acesso às turmas comuns em escolas regulares passou a ser efetivado

(GLATT; FERNANDES, 2005).

Mesmo com o avanço nas matrículas entre as décadas de 1990 e 2000, a inclusão ocorria de maneira fragmentada e parcial. Os estudantes eram frequentemente confinados em classes especiais que segregavam e reforçavam estigmas, chegando ao extremo de terem horários diferenciados para o recreio e alimentação, visando evitar o convívio com os demais alunos do corpo discente.

Tais práticas, embora amparadas por argumentos da época, vêm sofrendo alterações graduais em direção a modelos mais acolhedores e genuinamente inclusivos.

O advento da Declaração de Salamanca (1994) elevou o debate educacional a um novo patamar ao consolidar o princípio da "educação para todos", estabelecendo que o ensino deve ser provido em escolas regulares, independentemente das condições sociais, linguísticas, físicas, emocionais ou intelectuais dos sujeitos (UNESCO, 1994).

Este documento foi o divisor de águas na transição do modelo integracionista,

que exigia a adaptação do aluno aos métodos e currículos rígidos da escola ,para a concepção inclusiva, na qual as instituições reconhecem o dever de se reestruturarem para acolher a diversidade. Embora persista o desafio de implementar os ajustes necessários para garantir a equidade na aprendizagem, a Declaração de Salamanca permanece como o alicerce para a construção de uma cultura escolar mais democrática e plural (UNESCO, 1994).

Em consonância com as diretrizes internacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/1996 reforçou, em seu texto, a obrigatoriedade do atendimento educacional especializado gratuito para educandos com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, devendo este ser transversal a todos os níveis e ofertado preferencialmente na rede regular (BRASIL, 1996).

A LDB preconizou ainda que as redes de ensino devem prover currículos, recursos, métodos e organizações específicas para atender às demandas de cada estudante, garantindo inclusive terminalidades específicas para aqueles que, em função de suas deficiências,

não atingiram o nível exigido para o término do ensino fundamental (BRASIL, 1996).

Posteriormente, o Decreto nº 3.298/1999, ao tratar da Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, ratificou a educação especial como uma modalidade transversal presente em todos os níveis e etapas do ensino nacional (BRASIL, 1999).

4. Oscilações Normativas e a Consolidação da Política Nacional de Educação Inclusiva

A evolução dos dispositivos legais brasileiros voltados à inclusão revela que os avanços não ocorrem de forma linear, sendo marcados por uma alternância entre progressos e retrocessos ao longo das últimas décadas. Um exemplo dessa oscilação pode ser observado nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que demonstravam uma inclinação para a valorização de modelos segregados, chegando a posicionar a educação especial como uma alternativa substitutiva ao ensino regular. Anos depois, o próprio Ministério da

Educação realizou uma autocrítica sobre esse período, assinalando que, embora tais diretrizes tivessem expandido o conceito de atendimento especializado, a admissão da substituição da escolarização regular acabava por desidratar a implementação de uma política efetivamente inclusiva na rede pública, contrariando as intenções originais do sistema (MEC, 2008).

A mudança de rumo para uma abordagem mais consequente e com maior capilaridade nas instituições de ensino regular ocorreu apenas em 2008, com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Este marco normativo foi decisivo para que a inclusão deixasse de ser uma possibilidade acessória e passasse a ser um compromisso estruturante das redes de ensino.

A articulação desse arcabouço jurídico com a meta do Estado brasileiro de universalizar a educação básica tem impulsionado significativamente o ingresso de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar. Entretanto, a despeito das conquistas no acesso, a trajetória pedagógica desses alunos permanece

permeada por desafios complexos, que convivem simultaneamente com novas possibilidades metodológicas e as crescentes expectativas de desenvolvimento integral e socialização.

5. Desafios e Possibilidades da Inclusão de Estudantes com TEA na Educação Profissional e Tecnológica

A educação configura-se como um fenômeno social intrinsecamente vinculado ao processo de humanização, ocorrendo de maneira contínua ao longo da vida em múltiplos espaços. A educação escolar, especificamente, constitui uma ação intencional desenvolvida em ambientes formais, onde currículos e relações próprias são moldados por influências institucionais e interesses que variam historicamente.

Nesse contexto, o ensino em escolas regulares é um direito social garantido a todos, incluindo pessoas com deficiência, o que impõe às instituições a obrigatoriedade de promover suportes que atendam às especificidades desses sujeitos, assegurando condições de acessibilidade em igualdade de oportunidades (BRASIL, 2015). A acessibilidade, portanto, transcende a matrícula e as adaptações físicas,

abarcando o direito pleno de aprender, ser e conviver.

Sob essa perspectiva, a inclusão escolar define-se pelo acesso e participação efetiva de crianças, jovens e adultos em todas as esferas educacionais e sociais providas pela escola (MITTLER, 2003).

De acordo com Azevedo (2008), incluir pressupõe a capacidade de reconhecer o outro, permitindo a convivência e o compartilhamento entre indivíduos diferentes, em um modelo que acolhe a todos sem exceções. No caso de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a inclusão apresenta desafios acentuados. Embora o autismo tenha sido descrito há décadas, o tema ainda é tratado como uma novidade no campo pedagógico, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Investigações acadêmicas que abordam essa temática sob uma ótica educacional são escassas no Brasil, conforme apontado por diversos autores como Barbosa (2018), Rodrigues (2018), Niles (2018), Chiote (2017), Oliveira (2017), Carvalho (2017) e Almeida (2016), sendo que a maioria

dos estudos existentes foca primordialmente na infância.

Estudantes com TEA, de modo semelhante a muitos alunos com deficiência, frequentemente enfrentam trajetórias escolares marcadas por descontinuidades e lacunas (GOESSLER, 2015; LIMA; LAPLANE, 2016).

Fenômenos como retenções, distorções entre idade e série, abandonos e retornos intermitentes são comuns, o que precariza a base do Ensino Fundamental e compromete as chances de ingresso em etapas posteriores. Pesquisas de Goessler (2015) indicam que as matrículas do público-alvo da educação especial no ensino técnico de nível médio não ultrapassam 1% do total, apresentando também altos índices de evasão e interrupções.

Complementarmente, o estudo de Lima e Laplane (2016) sobre a escolarização de alunos com autismo em Atibaia (SP) revelou que 92% desses estudantes possuíam trajetórias parciais ou incompletas, dificultando o acesso às etapas finais da educação básica. Essa realidade é ratificada pela raridade de relatos de sucesso, como a dissertação

de Carvalho (2017), que acompanha o percurso de um aluno autista desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Depreende-se, portanto, que apenas uma parcela reduzida de alunos com TEA alcança o Ensino Médio ou a EPT.

As dificuldades de permanência e sucesso escolar desses estudantes estão diretamente ligadas a obstáculos na interação social e na aprendizagem, mas derivam, fundamentalmente, das limitações do próprio ambiente escolar em efetivar práticas inclusivas robustas.

CONCLUSÃO

A investigação sobre a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) permite concluir que o avanço nos índices de matrícula, embora representativo de um progresso nos marcos legais, não assegura por si só a democratização real do ensino.

Conforme evidenciado pelos dados do INEP (2021) e pelas análises de Vasconcellos, Ramhe e Gonçalves (2020), a transição para um modelo de educação para todos exige que as instituições transcendam a garantia do acesso físico e invistam na

reestruturação das suas práticas pedagógicas.

A efetividade deste processo está intrinsecamente ligada à oferta qualificada do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e à implementação de adaptações didáticas que respeitem a singularidade e a neurodiversidade dos discentes, evitando que a inclusão se torne uma forma de exclusão interna por falta de suporte adequado (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

A análise do estado da arte revelou uma lacuna significativa na literatura acadêmica brasileira, especialmente no que concerne ao Ensino Médio Integrado e à trajetória de alunos autistas na modalidade técnica. A escassez de trabalhos específicos, como apontado por Chiote (2017), Barbosa (2018) e Vasconcellos (2019), demonstra que o campo da EPT ainda carece de metodologias consolidadas que articulem a formação profissional com as necessidades específicas do TEA. Além disso, as trajetórias escolares frequentemente fragmentadas e marcadas por retenções, conforme discutido por Goessler (2015) e Lima e Laplane

(2016), reforçam a necessidade de políticas públicas mais assertivas que garantam não apenas o ingresso, mas a permanência e o êxito escolar, visando a autonomia e a inserção social desses sujeitos.

Em última análise, promover a inclusão na EPT configura-se como um desafio ético e pedagógico de natureza libertadora.

Seguindo a perspectiva de Schilling (2014), este esforço deve visar a produção de efeitos de igualdade e justiça social dentro de um sistema que ainda reproduz exclusões. A superação das barreiras atitudinais e a criação de estruturas concretas de apoio, conforme sugerido pela práxis de Saviani (1989), são condições fundamentais para que o estudante com TEA possa desenvolver as suas potencialidades. Conclui-se, portanto, que a transformação da cultura escolar num espaço genuinamente democrático depende do compromisso coletivo entre profissionais da educação, famílias e Estado, assegurando que o direito à educação se converta em avanços reais na aprendizagem e no pleno exercício da cidadania.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Tânia Santana de. **A comunicação casa - escola no contexto da Inclusão de pessoas com TEA.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

APA. Associação Psiquiátrica Americana. **DSM-V. Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais**, 5º edição, Porto Alegre: Artmed, 2014.

AZEVEDO, Gustavo Maurício Estevão. Incluir é sinônimo de dignidade humana. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 46-53, jun. 2008.

BARBOSA, Marily Oliveira. **Estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na escola: desafios para a ação educativa compartilhada.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

BRASIL, República Federativa. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** (LDB).

BRASIL, República Federativa. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015.** (Lei Brasileira de Inclusão).

BRASIL, República Federativa. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999.**

BRASIL, República Federativa. **Lei 13.861, de 18 de julho de 2019.** (Censo e Autismo).

CARVALHO, Dulcimar Lopes. **A trajetória de Inclusão de um estudante com autismo, da educação básica à educação superior: Desafios e Possibilidades.** (Dissertação de

Mestrado). Universidade da Região de Joinville, 2017.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **A Escolarização do Aluno com Autismo no Ensino Médio no Contexto das Políticas de Educação Especial no Estado do Espírito Santo.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

CNE/CEB. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2/2001.**

FADDA, Gisella Mouta; CURY, Vera Egler. O enigma do autismo: contribuições sobre a etiologia do transtorno. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, p. 411-423, jul./set.2016.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. **Revista Inclusão** nº 1, 2005.

GOESSLER, Danieli de Cássia Barreto. **As trajetórias escolares de alunos com necessidades educacionais especiais no Instituto Federal do Paraná.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico do Censo Escolar 2021.** Brasília: 2021.

LIMA, Stéfanie Melo; LAPLANE, Adriana Lia Frizman. Escolarização de alunos com autismo. **Revista Brasileira**

de Educação Especial, Marília, n. 2, p. 269-284, abr./jun. 2016.

MEC. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NILES, Fernanda Osório Mendina. **A inclusão escolar de um aluno com transtorno do espectro autista: Condições concretas no contexto da escola privada**. (Dissertação de Mestrado). Universidade São Francisco, 2018.

OLIVEIRA, Janiby Silva de. **Prática Pedagógica do Professor com o aluno Autista no contexto da Escola Inclusiva**. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado do Pará, Belém: 2017.

RODRIGUES, Marlene. **Formação Docente para Inclusão de Estudantes Público Alvo da Educação especial**. (Tese de Doutorado). UNESP, Araraquara, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1989.

SCHILLING, Flávia. **Educação e Direitos Humanos: percepções sobre a escola justa**. São Paulo: Cortez, 2014.

SURIAN, Luca. **Autismo: informações essenciais para familiares, educadores e profissionais da saúde**. São Paulo: Paulinas, 2010.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca. 1994**.

VASCONCELLOS, Simone Pinto. **Práticas Educativas e escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista na Educação Profissional**. (Dissertação de Mestrado). UFMG, Belo Horizonte: 2019.

WEIZENMANN, Luana Stela; PEZZI, Fernanda Aparecida Szarecki; ZANON, Regina Basso Zanon. **Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. Psicologia Escolar e Educacional**, 2020.